

A criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) no cenário de modernização agrícola do Brasil

Fernando Altoé

Graduado em História da Universidade Federal de Viçosa

Heloísa Maria Teixeira

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) na década de 1920 e compreender os motivos e a importância de sua criação para o desenvolvimento da economia de Minas Gerais no período. As questões que orientam este trabalho são as seguintes: Qual a contribuição que um estabelecimento de instrução agrônômica daria a Minas Gerais e ao Brasil? Quais lacunas seriam preenchidas com a criação da ESAV no sentido de proceder a investigações e pesquisas e a ministrar ensinamentos de interesse agrícola à população do estado? Para responder tais questões, utilizamos como fontes boletins informativos, boletins de ex-alunos da ESAV; relatórios provenientes do Arquivo Central e Histórico da UFV e relatórios de presidente do estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: ESAV, Diversificação Produtiva, Modernização Agrícola.

Área temática: História Econômica

A criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) no cenário de modernização agrícola do Brasil

**Fernando Altoé
Heloísa Maria Teixeira**

1-Introdução

A criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) na década de 1920 deve ser compreendida dentro da conjuntura histórica daquele período, alicerçada no pilar da modernização agrícola veiculado pelo discurso ruralista ao longo das três primeiras décadas do século XX. Como defende Sonia Regina de Mendonça, essa estratégia discursiva visava a um só tempo o aperfeiçoamento da agricultura brasileira e sua integração às linhas do grande comércio mundial, alinhado às primícias do capitalismo. Segundo a autora, o discurso ruralista pretendia criar uma imagem da agricultura como essência da nação, baseada no paradigma da atividade mecanizada e moderna, de modo a conduzir o Brasil rumo à construção de uma nova ordem agrária. Seguindo suas palavras, “a formulação de um projeto econômico para o Brasil, que tivesse seus alicerces plantados numa versão ‘modernizada’ de sua vocação eminentemente agrícola, consistiu na essência do ruralismo em suas múltiplas nuances” (MENDONÇA, 2002, p. 183).

Para o caso de Minas Gerais, o ensino agrícola como viés de desenvolvimento econômico passou a ser pauta de discussão durante a gestão do governador Francisco Alves (1902-1906), que delegou a João Pinheiro a tarefa de organizar e liderar um congresso que pudesse tratar da diversificação do sistema produtivo e da qualidade da produção através da sua atualização tecnológica. Assim, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte em 1903, consagrou-se como marca oficial na elaboração desse projeto econômico para Minas. Nele, discutiu-se a instrução agrícola enquanto forma de organização do mercado de trabalho no campo e o desenvolvimento e disseminação de técnicas inovadoras no trato com a terra e com os rebanhos. Para Fabrício Valentim da Silva, esse congresso foi a base de configuração do ensino agrícola no estado de Minas e pode ser entendido como a raiz histórica da ESAV (SILVA, 2007, p. 21-30).

Esse congresso visava, acima de tudo, “fortalecer outras atividades econômicas no estado, como a indústria, a pecuária e a diversificação agrícola” (VISCARDI, 2001, p. 143.), como forma de contornar os problemas relacionados à crise de preços do café que se abatera sobre a economia de Minas Gerais (e dos dois outros grandes produtores – São Paulo e Rio de Janeiro) nos anos finais do século XIX. Minas Gerais – que desde a primeira metade do século XIX desenvolvia uma produção econômica diversificada, voltada não apenas para o abastecimento interno, mas também para o fornecimento de gêneros de subsistência para outras províncias, como o Rio de Janeiro – viu sua economia se consolidar na segunda metade do Oitocentos com a produção do café que adentrou na Mata nos primeiros anos do século XIX a partir da expansão cafeeira do Vale do Paraíba fluminense¹. Em poucas décadas, em decorrência da produção cafeeira, a Zona da Mata se tornaria a região econômica mais proeminente do estado. No final do

¹ “As notícias mais antigas sobre a cultura cafeeira em Minas Gerais datam de 1809. As primeiras mudas provavelmente foram trazidas do Rio de Janeiro por viajantes e tropeiros que circulavam pelo Caminho Novo” (SOARES, 2009, p.112).

século XIX e início do século XX, as demais produções agrícolas, incluindo-se aí a pecuária, que respondia como o segundo pilar de sustentação econômica de Minas, não chegavam a representar 40% do total produzido e exportado pelo estado, como atesta Cláudia Viscardi (VISCARDI, 2001, p. 126). Diante desse contexto, surge a preocupação em se discutir medidas de incentivo à diversificação econômica do estado, como proposta alternativa ao enfrentamento das crises que pudessem se abater sobre uma economia concentrada majoritariamente sobre um único produto: o café.

Em 1909 os interesses dos agropecuaristas mineiros ganham força com a criação da Sociedade Mineira da Agricultura (SMA), cujo principal objetivo é reforçar a vocação agrícola de Minas Gerais através do projeto da policultura. Isto nos leva a refletir sobre o quão importante foi a diversificação do sistema produtivo para o caso de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX. Se essa diversificação produtiva foi o que garantiu a dinamicidade da economia mineira no período pós-crise da mineração, como defendem diversos autores (LIBBY, 2007; ALMEIDA, 2010; CARRARA, 2006. GRAÇA FILHO, 2007), até que o café assumisse a dianteira da economia como principal atividade, a policultura seria objeto de discussão, uma alternativa à via única do café. Pensando nesse cenário econômico, o intento deste artigo é situar a criação de uma Escola de ensino agrícola na Zona da Mata mineira e compreender esse processo a partir de dois enfoques: o da modernização agrícola e o da diversificação econômica. Desse modo, levantamos as seguintes questões: o que norteou a criação de uma Escola de ensino agrícola em Minas Gerais na década de 1920? Quais demandas visava atender? Em termos práticos, que contribuições ela daria para a modernização e o aperfeiçoamento da agricultura mineira e para a diversificação econômica do estado? São essas as questões que orientarão o nosso trabalho e que buscaremos responder nas páginas que se seguem. Para responder tais questões, utilizamos os boletins informativos, boletins de ex-alunos da ESAV, disponíveis no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa e relatórios de presidente do estado de Minas Gerais.

2- A criação da ESAV na década de 1920

A Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais foi criada pelo Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922, autorizado pela lei nº 761, de 6 de setembro de 1920. João Carlos Belo Lisboa, o segundo diretor da Escola e o engenheiro responsável pela construção do “Edifício Arthur Bernardes” (mais conhecido como “Bernardão” ou “Prédio Principal”), assim descreve a importância da criação da Escola:

Notável lacuna, nociva à economia de Minas Gerais, constituía a falta dum grande estabelecimento de instrução agrônômica, destinado a proceder a investigações e pesquisas e a ministrar à população agrícola do rico estado central, ensinamentos de interesse à agricultura, em todos os graus e modalidades².

O aspecto de exaltação do governo do estado é o que marca a notícia referente à criação da ESAV publicada por Belo Lisboa no primeiro número do Boletim Agrícola de Minas Gerais. Nessa fala, Lisboa ressalta ser essa iniciativa consequência do

² Fonte: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*. Ano I, Nº 1, Belo Horizonte, Jan de 1928, p. 10. ACH-UFV. Caixa 73.

“espírito progressista e construtivo do governo de Minas”³. E continua: “a Escola foi idealizada por mineiro, foi construída e montada pelo Governo de Minas, sob a administração da Secretaria de Agricultura do estado”⁴. O mineiro idealizador da Escola a que ele se refere é Arthur Bernardes, um político oriundo da Zona da Mata que ascendeu à presidência da república em 1922. Antes de chegar à presidência, Arthur Bernardes governou o Estado de Minas entre os anos de 1918 e 1922. Foi durante este período, portanto, à frente do governo estadual, que o projeto de criação da Escola foi gestado e o local de sua construção escolhido.

No primeiro relatório de Presidente de Estado, datado de 1920, Arthur Bernardes expunha críticas ao sistema arcaico da agricultura e pecuária em Minas e da necessidade de modernização dos seus meios. Segundo o presidente, a fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária teria por objetivo maior a dinamização da economia agrícola.

Não se compreende que um Estado como o de Minas, que tem na riqueza agrícola a maior fonte de sua receita e quase só da agricultura tem vivido até hoje, não haja ainda fundado uma escola desse gênero, que sirva de base à nossa educação agrícola, que não devemos descuidar, e que aperfeiçoe nossas noções sobre as especificidades em que a agricultura se divide. Não só a agricultura propriamente dita, mas a arboricultura, a horticultura, a viticultura, a silvicultura, a zootecnia e a economia rural são assumptos que exigem estudos e conhecimentos especieais para que logrem êxito econômico os que a ela se consagram (...). Conviria, pois, que auctorizasseis o governo a fundar, em ponto grande, um instituto daquele gênero e a contratar profissionais estrangeiros, capazes de organizá-lo e dirigi-lo com proficiência, dada a escassez de sumidades em nosso país⁵.

Em relação à sede da Escola, Belo Lisboa é sucinto ao se referir aos choques de interesses por trás dessa escolha. Segundo ele, o governo de Minas delegou a uma comissão de técnicos constituída por nomes como Peter Henry Rolfs, Álvaro da Silveira e Arduino Bolivar a tarefa de escolher o local. No entanto, a recomendação recebida por esses técnicos era de que a Escola deveria ser localizada na Zona da Mata, devido à riqueza agrícola da região e à densidade de sua população. Finalmente, o local escolhido foi Viçosa. Sobre isso, Belo Lisboa tece o seguinte comentário: “Não deve permanecer a menor dúvida a respeito da localização da Escola, por ter sido ela realmente muito feliz. Sobre os trabalhos de escolha da comissão não podem pairar suspeitas, visto ter sido constituída de pessoas absolutamente idôneas”⁶. Não cabe aqui questionarmos a idoneidade desses técnicos, mas é curioso pensarmos que Viçosa, o local escolhido, era a cidade natal de Arthur Bernardes, que naquela altura governava o estado. Segundo Lidiany Silva Barbosa “embora critérios técnicos e não políticos fossem ressaltados

³ Fonte: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*. Ano I, Nº 1, Belo Horizonte, Jan de 1928, p. 10. ACH-UFV. Caixa 73.

⁴ Fonte: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*. Ano I, Nº 1, Belo Horizonte, Jan de 1928, p. 10. ACH-UFV. Caixa 73.

⁵ Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura de no ano de 1920, p.5-6, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u304/000001.html>. Acessado em 04 de maio de 2015.

⁶ Fonte: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*. Ano I, Nº 1, Belo Horizonte, Jan de 1928, p. 10. ACH-UFV. Caixa 73.

para justificar a escolha do local da Escola, é evidente a intenção de satisfazer o interesse de Arthur Bernardes em estabelecê-la em sua cidade natal” (BARBOSA, 2004, p.81).

P.H. Rolfs, que ocupava o cargo de diretor do *Florida Agricultural College*, integrante da comissão técnica responsável por escolher o local para a construção da ESAV, chegou a Minas Gerais em princípios de 1921 com o objetivo de planejar, organizar e dirigir o estabelecimento. A indicação de P.H. Rolfs foi fruto de uma negociação diplomática entre os governos mineiro e americano e todo o plano de trabalho em torno da construção da ESAV foi orientado pelo modelo de ensino das escolas norte-americanas, os *Land Grant Colleges*⁷. Arthur Bernardes, no relatório de presidente do ano de 1921, apresentou o professor P.H. Rolfs como diretor da ESAV e descreveu-o como

especialista consumado na matéria. Além de seus dois livros sobre a cultura e produção de legumes, obras que gozam de grande aceitação nos Estados Unidos, é autor de 43 boletins sobre grande variedade de culturas, moléstias de plantas, vida de insetos e modo de combatê-los, tratamento de animais domésticos, em saúde e enfermos, além de vários artigos que figuram na *Cyclopedia of American Horticulture*, e muitos outros em diferentes revistas agrícolas daquele país. É ainda digna de menção sua contribuição para a *Florida State Horticultural Society*, em que, em mais de quarenta dissertações de cunho científico, ele percorre, com reconhecida competência, o vasto campo da sua especialidade, resolvendo problemas da maior importância⁸.

P.H. Rolfs ficou à frente da direção da ESAV até 1929, quando foi trabalhar na Secretaria de Agricultura, sendo sucedido por Belo Lisboa.

Quando Belo Lisboa assumiu o cargo de diretor, estava bastante envolvido com o projeto da ESAV, já que desde 1922 prestava serviços de engenheiro civil na construção dos prédios da escola e, logo após a inauguração da ESAV, tornou-se seu primeiro catedrático, assumindo a cadeira de Engenharia Rural (BARBOSA, 2004, p.80).

Segundo Belo Lisboa, os trabalhos de construção da Escola tiveram início em 10 de junho de 1922 e não sofreu nenhuma interrupção até o seu término em dezembro de 1928. O balanço encerrado em 31 de dezembro de 1927 calcula a despesa total com a construção em 3.661:434\$039; no entanto, desse montante seria descontada a importância de 628:042\$661, representada em materiais em depósito no almoxarifado, oficinas, veículos, maquinismos, animais, e outros⁹.

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária, fundada em 1926, dividia-se em três níveis: curso elementar de agricultura, curso médio de agricultura e o superior de

⁷ Segundo Sônia Maria Mendonça a influência norte-americana no ensino e pesquisa agrícola no Brasil já pode ser observado em 1918, pela missão Carlos Moreira. Naquele ano, uma comitiva formada por Carlos Moreira foi aos Estados Unidos com o objetivo de adquirir máquinas, insumos, técnicas agrícolas que pudessem ser implementadas no Brasil visando a modernização do campo. A missão de Carlos Moreira visava ainda conhecer escolas americanas que pudessem receber alunos brasileiros que buscavam o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas modernas (MENDONÇA, 1988).

⁸ Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro em sua 8ª sessão ordinária da 8ª legislatura de no ano de 1921, p.13-14, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u305/000013.html>. Acessado em 04 de maio de 2015.

⁹ Fonte: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*. Ano I, Nº 1, Belo Horizonte, Jan de 1928, p. 12. ACH-UFV. Caixa 73.

engenharia-agrônoma e medicina veterinária. O curso elementar de agricultura tinha duração de um ano e era destinado a fornecer conhecimento a agricultores e capatazes rurais. Quanto ao curso médio de agricultura, apresentava a duração de dois anos, sendo conferido aos alunos o diploma de técnico agrícola e administradores rurais. Tal curso atendia aos filhos de agricultores e fazendeiros. Para um público mais restrito e escolarizado, foi elaborado o curso superior de engenharia-agronômica e medicina veterinária. A duração do curso era de quatro anos (BARBOSA, 2004, p.85-86).

3-Modernização e diversificação produtiva: os valores defendidos pela ESAV

Segundo o Regulamento Interno de 1932, A ESAV foi criada com a finalidade de adquirir e disseminar conhecimentos relativos à economia rural, em todos os seus graus e modalidades¹⁰. Como metas de trabalho, o Regulamento prevê que a Escola

- 1- [Ministrará] Ensino direto a agricultores e seus filhos;
- 2- Conduzirá trabalhos de economia doméstica;
- 3- Prestará auxílio à Agricultura, com serviços de fomento e de assistência, relativos à saúde vegetal e animal;
- 4- Preparará agricultores com conhecimentos científicos necessários à exploração racional do solo.
- 5- Formará administradores para os diferentes serviços públicos e particulares, relacionados com a vida agrícola¹¹.

A criação da ESAV visava suprir o estado de Minas Gerais de profissionais munidos de conhecimento agrícola de nível superior a fim de possibilitar a modernização das propriedades rurais. A criação de escolas agrícolas fazia parte do projeto econômico de desenvolvimento regional do estado e estava vinculada à antiga ideia de vocação agrícola de Minas, fundado na defesa da policultura. Lidiany Silva Barbosa, analisando a formação de engenheiros agrícolas e a modernização no campo, aponta que

os motivos que informaram a criação da ESAV não destoavam do coro modernizante que via o ensino agrícola como instrumento que poderia retirar a agricultura mineira da estagnação em que se encontrava. A identificação da escola como um local irradiador de conhecimentos técnicos – para a exploração racional da agricultura – está presente no imaginário de seus empreendedores. Ao exporem os motivos que os levaram a endossar o projeto de criação de uma escola superior agrícola no estado, enfatizaram os predicados utilitários da instituição, deixando transparecer a função que estava reservada a ESAV, ou seja, o papel de modernizar a agricultura mineira (BARBOSA, 2004, p.9).

A criação da ESAV tinha como principal objetivo a modernização das técnicas agrícolas a partir dos “conhecimentos científicos necessários à exploração racional do solo”, conforme prevê o Regulamento Interno de 1932. Como já demonstraram os

¹⁰ Fonte: *Regulamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais* (1932), s/p. ACH-UFV, Caixa 67.

¹¹ Fonte: *Regulamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais* (1932), s/p. ACH-UFV, Caixa 67.

inúmeros trabalhos desenvolvidos sobre economia mineira, a região da Zona da Mata destacou-se desde meados do século XIX por sua diversificação agrícola, com uma produção variada de gêneros das quais podemos citar a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, a mandioca, o gado bovino e o rebanho suíno, além do café (Ver, por exemplo, CARRARA, 2006). Nesse momento, o trabalho era executado pela mão de obra familiar, escrava, ex-escrava, homens livres pobres, que trabalhavam em parceria ou eram assalariados, agregados, etc.¹²

Já as primeiras décadas do século XX foram marcadas, segundo Sonia Mendonça, pelo desenvolvimento de um projeto ruralista baseado na “importação e adaptação de um dado modelo de desenvolvimento da agricultura” (MENDONÇA, 2002, p. 184), fruto do lento processo de transição do país rumo ao capitalismo. A imagem da agricultura como essência da nação “se fez a partir do paradigma da atividade mecanizada e moderna, o que implicava difundir, junto àquela, o preconceito contra os agricultores atrasados, ou seja, imunes ao papel ‘civilizador’ atribuído à técnica na construção de uma ‘nova ordem agrária’” (MENDONÇA, 2002, p. 182). Uma escola de instrução agrônômica, nesse sentido, atuaria como peça fundamental na qualificação da mão de obra necessária à criação de uma nova ética de produção, baseada numa lógica estritamente mercantil e “racional” a ser posta ao homem do campo brasileiro.

Para o caso específico da ESAV, percebemos o teor dessa retórica ruralista nos relatos de Belo Lisboa e P.H. Rolfs, quando descrevem sobre algumas variedades agrícolas existentes na Zona da Mata e a forma como eram cultivados tais gêneros. Começamos pelo milho. Escrevendo em 1928, Rolfs informa que o estado de Minas Gerais produz mais de 25% de todo o milho do Brasil e o Brasil ocupa o segundo lugar entre as nações produtoras de milho no mundo inteiro. No entanto, a grande maioria dos plantadores de milho da Zona da Mata não procura obter melhores variedades do produto, ou não se preocupa em melhorar as qualidades que têm. Desse modo, os cultivos são feitos, segundo ele, “pelos métodos rotineiros, pela enxada”. Rolfs explica que, com alguma atenção ao preparo do solo e com o emprego conveniente de máquinas agrícolas, a produção pode ser aumentada e a mão de obra reduzida, a partir de uma racionalização da produção. Segundo ele, a Escola vem realizando experiências desde 1926 com o intuito de saber quais são as qualidades de milho capazes de produzir a maior quantidade de grãos, e ao final do texto cita a espécie de milho mais indicada para o plantio, de acordo com o resultado das observações realizadas¹³.

Em outro texto, Rolfs discute sobre a produção do arroz. Novamente ele critica os métodos utilizados pelos matenses e dá orientações, a partir de observações realizadas na ESAV, de técnicas para o cultivo desse gênero agrícola. Segundo ele, a cultura nos brejos é muito comumente praticada na Zona da Mata. Porém, este método

¹² De acordo com Guy Capdeville, desde os tempos coloniais as atividades agrícolas praticadas no Brasil não requeriam treinamento ou habilidade técnica que precisassem ser aprendidos, portanto, qualquer um poderia exercê-las. Diante deste cenário, não havia preocupação em se criar “escolas de agricultura” no país, destinadas à capacitação de profissionais voltados para esta área. Somente no século XIX é que se veriam os primeiros esforços nesse sentido, diante da necessidade de se adaptar o Brasil à sua nova condição de sede da Corte Portuguesa. No entanto, como aponta Capdeville, o empenho de D. João VI e daqueles que o seguiram a imitá-lo no sentido de levar adiante esse projeto logo encontraria problemas, diante do desinteresse e da desmotivação das elites por este tipo de estudo. O primeiro curso superior da área de ciências agrárias surge apenas em 1877 – o Curso de Agronomia da Imperial Escola Agrícola da Bahia, fechado já no início do século seguinte (precisamente em 1902), devido a inexistência de matrículas (CAPDEVILLE, 1991).

¹³ Fonte: ROLFS, P.H. “Renda d’algumas qualidades de milho”. In: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, Ano I, Num. 1, Jan de 1928, p. 17-19. ACH-UFV, Caixa 70.

de cultivo do arroz, além de exigir que todo o trabalho seja braçal, faz com que a colheita seja incerta, pois caso os brejos fiquem inundados durante dias em razão de fortes chuvas, toda a produção ficará comprometida. Segundo Rolfs, por quatro anos a Escola tem realizado experiências de plantio em terreno alto, sem uso de irrigação, e os resultados se mostraram bastante positivos. A vantagem oferecida pelo cultivo do arroz em terreno seco está na possibilidade do uso de máquinas durante a colheita. Sobre isso ele escreve:

Os métodos que empregamos na colheita do arroz são muito simples. Uma segadeira, puxada por dois animais, corta o arroz, e os trabalhadores seguem a máquina. O arroz ajunta-se em feixes, e os trabalhadores seguem a máquina. O arroz ajunta-se em feixes, tirando-os do caminho da máquina. Por este método o trabalho humano é muito reduzido. Cinco homens podem ajuntar o arroz aos feixes tão rapidamente quanto a máquina o corta. Num dia pode ser cortado um hectare pelo menos de arroz na maneira descrita. Quando está suficientemente seco o arroz, é colhido e debulhado. Assim a colheita fica muito mais simples e muito rápida¹⁴.

Um aspecto a ser observado nesses relatos é o incentivo ao uso de técnicas que visem o aumento da produção e a redução da mão de obra empregada. Nesse sentido, as máquinas agrícolas, além de contribuir com a dinamização e eficiência da produção, seriam responsáveis pela redução de braços e pelo aumento do cultivo. Esses eram os suportes ideológicos da “modernização” agrícola:

Racionalizar a produção, tornando-a mais eficiente, tal era a meta dos ruralistas em questão. *Produzir mais, com menores custos*, seria o lema dos que se propunham a atualizar a *vocação eminentemente agrícola do País*, através dos expedientes já citados, a “modernização” das lavouras pela *mecanização*, e a *diversificação dos cultivos*, mediante a adoção de métodos intensivos de plantio, seleção e beneficiamento das espécies (MENDONÇA, 2002, p. 180, grifos da autora).

João Carlos Belo Lisboa também toca na questão do preparo conveniente do solo para o cultivo de gêneros agrícolas: “o preparo do solo e o seu cultivo constituem o problema máximo que temos a resolver, se quisermos tornar eficiente nossa agricultura”¹⁵. Segundo ele, “a ESAV, com os seus cinco anos de prática ininterrupta, está em condições de ensinar com firmeza as diversas operações do preparo do terreno”¹⁶. Ou seja, desde 1922, quando começaram os trabalhos em torno da construção da Escola, até janeiro de 1928, data da publicação de seu texto, foram desenvolvidas pesquisas e experimentações com o objetivo de auxiliar os futuros alunos da Escola, cuja primeira turma é de março de 1928. Foram realizados plantios de arroz, milho, algodão, frutas, fumo, feijão e cana, como se verifica na passagem abaixo:

¹⁴ Fonte: ROLFS, P.H. “O arroz: sua produção em vargens altas”. In: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, Ano I, Num. 25, Jan de 1928, p. 7. ACH-UFV, Caixa 70.

¹⁵ Fonte: LISBOA, João Carlos Belo. “Preparo conveniente do solo e cultivos”. In: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, Ano I, Num. 25, Jan de 1928, p. 15. ACH-UFV, Caixa 70.

¹⁶ Fonte: LISBOA, João Carlos Belo. “Preparo conveniente do solo e cultivos”. In: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, Ano I, Num. 25, Jan de 1928, p. 18. ACH-UFV, Caixa 70.

Passados cinco anos modificou-se por completo o cenário: arrozais belíssimos, milharais luxuriantes, lindas plantações de algodão, magníficas mudas de citrus, grande número de qualidade de frutas, flores incomparáveis, exuberantes culturas de fumo, de feijão, de cana e muitas outras. Por força dos adubos? [...] Não. A beleza das plantações da Escola tem sido conseguida apenas com o uso metódico do arado, das grades e dos cultivadores e isto com enorme economia, visto multiplicarem por dez, estas máquinas, o esforço de um homem guiando um burro ou uma junta de bois¹⁷.

Afora o caráter hiperbólico da passagem, chamam atenção exatamente os dois pontos que estão no centro do nosso debate: a diversificação econômica e a modernização das técnicas agrícolas. Conforme se verifica, a ESAV realizou o plantio de inúmeros gêneros agrícolas (em especial os mais proeminentes da Zona da Mata) com o objetivo de auxiliar os agricultores na produção desses cultivos a partir de pesquisas e experiências. E o sucesso alcançado pela produção desses gêneros na Escola se deu, segundo Belo Lisboa, por intermédio da utilização de máquinas agrícolas, responsáveis pelo aumento e eficiência da produção. Para ele, a aquisição de um arado e de uma grade “é essencial [...] para o início da agricultura racional, em qualquer propriedade”. E continua: “A causa de se perderem anualmente tantas colheitas, por não se cultivarem as varges, é a falta de conhecimento do arado e das grades”¹⁸. Ou seja, o sucesso de qualquer produção agrícola estaria atrelado ao uso de equipamentos adequados à preparação e ao cultivo do solo.

Em 1930, a ESAV já funcionava a pleno vapor,

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária, localizada em Viçosa, é o mais importante estabelecimento desse ensino que o Estado mantém e seguramente rivaliza com os melhores existentes no país. No decurso do ano passado, ali se fez vida muito intensa. Estiveram matriculados 115 alunos, e a mais não subiu a matrícula porque está fixado em 120 o seu limite máximo. O número de aulas, durante o ano, foi de 4.965, com 57.549 presenças de alunos, correspondentes à extraordinária frequência de 94%. Foram conferidos 16 títulos de técnicos agrícolas e 10 de capatazes rurais. Os cursos de Agronomia e Zootecnia tiveram grande incremento, assim como os serviços de horticultura e pomicultura¹⁹.

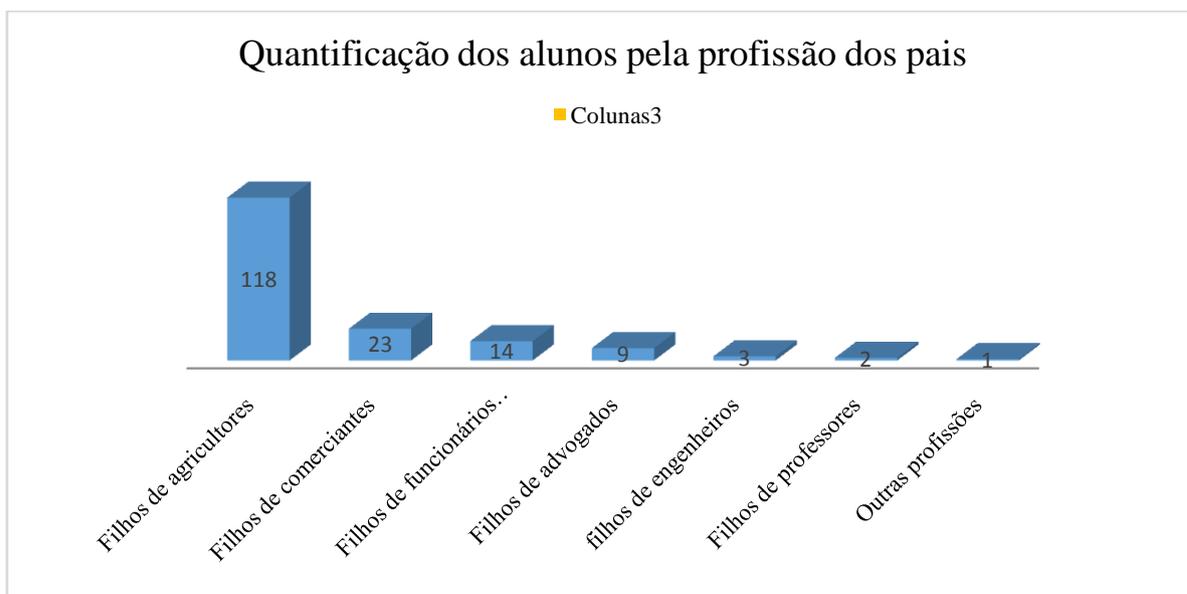
Um dos papéis da Escola seria então o de ensinar as diversas operações de preparo e cultivo do solo e disseminar essas técnicas entre os seus alunos. A base de instrução da ESAV estava, primeiramente, no ensino da teoria, seguida da prática realizada pelo próprio aluno. E o trabalho prático era facilitado, segundo P.H. Rolfs, pelo fato de grande parte dos alunos ser proveniente do campo: “Esta porcentagem alta de alunos de famílias agrícolas promete muito para a nossa lavoura estadual. Em Minas, como em outros lugares onde tenho observado, os alunos [do campo] têm mais

¹⁷ Fonte: LISBOA, João Carlos Belo. “Preparo conveniente do solo e cultivos”. In: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, Ano I, Num. 25, Jan de 1928, p. 19. ACH-UFV, Caixa 70.

¹⁸ Fonte: LISBOA, João Carlos Belo. “Preparo conveniente do solo e cultivos”. In: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, Ano I, Num. 25, Jan de 1928, p. 20. ACH-UFV, Caixa 70.

¹⁹ Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 4ª sessão ordinária da 10ª legislatura do ano de 1930, p.208-209, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u314/000205.html>. Acessado em 04 de maio de 2015.

iniciativa do que os das cidades”²⁰. Por estarem habituados aos trabalhos da lavoura, esses alunos aprendiam com mais gosto e facilidade as técnicas que envolviam o preparo e o cultivo dos solos. No gráfico abaixo, é possível visualizar a quantidade expressiva de alunos filhos de agricultores. Ainda que o documento seja uma publicação de 1932, não podemos atestar se as informações sistematizadas no gráfico referem-se ao ano de 1932, pois não há outra datação além daquela referente ao relatório. De todo modo, o gráfico nos permite visualizar a distribuição dos alunos conforme a profissão de seus pais:



Fonte: Relatório *Feira de Amostras de Belo Horizonte (1932)*. ACH-UFV, Caixa 1081.

Como se percebe, de um total de 170 alunos, 118 (69,5%) eram filhos de agricultores. Se somarmos o restante dos alunos filhos de pais não agricultores, chegamos a uma cifra de 30,5%. Esses alunos formados pela ESAV seriam, nas palavras de Peter Rolfs, “os futuros ‘leaders’ em ciência, bem como no desenvolvimento da agricultura, que está se iniciando para este grandioso Estado”²¹. Caberia a eles, depois de formados, contribuir com o progresso agrícola do estado, disseminando os conhecimentos e as técnicas aprendidas.

A primeira turma do curso Superior de Agricultura ingressou na ESAV em 1º de março de 1928 e se formou em 15 de dezembro de 1931. Já a primeira turma do curso Superior de Veterinária ingressou em 1º de março de 1932 e se formou em dezembro de 1935. Na ocasião em que a ESAV entregava a primeira turma de médicos veterinários ao estado e ao país (completando com isso o seu programa de formar engenheiros agrônomos e médicos veterinários), um grupo formado por ex-alunos, professores e o então diretor João Carlos Belo Lisboa teve a ideia de criar a Associação de Ex-Alunos da ESAV, com vistas a agregar todos aqueles que tivessem sido formados pela Escola e que agora estavam prestando serviços à agricultura do país. A Associação foi fundada

²⁰ Fonte: ROLFS, P.H. “A indústria pecuária mineira e o ensino”. In: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, Ano I, Num. 4 e 5, Jan de 1928, p. 105. ACH-UFV, Caixa 70.

²¹ Fonte: ROLFS, P.H. “A indústria pecuária mineira e o ensino”. In: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, Ano I, Num. 4 e 5, Jan de 1928, p. 105. ACH-UFV, Caixa 70.

em dezembro de 1935 e os seus integrantes passaram a se reunir anualmente para discutir questões relacionadas ao meio rural. Como consequência dessas reuniões, a Associação passou a editar um boletim, o *Boletim da Associação de Ex-Alunos da ESAV*, publicação esta que reunia as palestras e os debates realizados pelos alunos por ocasião do seu encontro anual.

No *Boletim* de 1942, há uma circular datada de outubro de 1935 em que Belo Lisboa convoca os ex-alunos da instituição com o fim de tomar conhecimento dos resultados que eles vinham alcançando na vida prática e obter sugestões que pudessem trazer ao estabelecimento a garantia de ser cada vez mais útil aos interesses agrícolas de Minas Gerais e do Brasil. Na sequência, os editores do *Boletim* de 1942 escrevem o seguinte:

Grande é o número de cartas que se contam no arquivo da nossa sociedade, de resposta a adesão a essa reunião de enorme significação para a nossa classe. Deve-se declarar aqui, serem muitas dessas cartas, patrióticas, felizes, testemunhas extraordinárias do entusiasmo contagiante dos filhos da ESAV e da realização técnica em favor da maior e melhor produção, na vastidão de Minas e do Brasil, como cédulas valorosas do melhoramento rural, que este monumento da agricultura mineira oferecia a toda Nação²².

Através de seus ex-alunos, a ESAV cumpriria com seu papel de colocar profissionais capacitados em contato com os agricultores, com o fim de melhorar as suas práticas, quer no terreno da agricultura, quer no da pecuária. Na introdução do *Boletim* de 1943/44, fica claro esse compromisso:

[...] onde quer que se encontre um esaviano, aí está uma célula de renovação do organismo da pátria. Célula que se desdobra, dia a dia, na preparação profissional dos nossos homens rudes, daqueles que não tiveram a felicidade de receber numa escola profissional, pelo menos os rudimentos dos modernos métodos científicos de aproveitamento da terra. Célula que se amplia, dia a dia, pela integração de novos combatentes que a ESAV, todo ano, põe em circulação dentro do organismo da Pátria para revitalização das suas fontes de produção²³.

Percebe-se, na passagem, um discurso que pretende desqualificar aqueles que não estavam inseridos no paradigma da moderna agricultura. Daí serem tratados de “homens rudes” todos os agricultores que não tivessem tido a oportunidade, ou a “felicidade”, de terem conhecido os métodos científicos referentes ao cuidado da terra por meio de uma escola profissional. Os esavianos seriam então os “combatentes” desse arcaísmo que pairava sobre a agricultura do país e seriam peças-chave na introdução de um único ator do progresso agrícola: o chamado produtor moderno.

²² Fonte: *Boletim da Associação de Ex-Alunos da ESAV*, Num. 5, 1942, s/p. ACH-UFV, Caixa 70.

²³ Fonte: *Boletim da Associação de Ex-Alunos da ESAV*, Num. 6-7, Dez de 1943-1944. “Introdução”. ACH-UFV, Caixa 70.

4-Considerações Finais

A criação de uma escola superior de agricultura em Minas Gerais no primeiro quartel do século XX visou contornar os problemas relacionados à agricultura e pecuária do estado, tidos como arcaicos por Arthur Bernardes. A função da ESAV seria formar quadros que pudessem suprir Minas Gerais de profissionais munidos de conhecimento agrícola de nível superior e, com isso, possibilitar a modernização das propriedades rurais. A importação e adaptação de um modelo de desenvolvimento da agricultura foi resultado do projeto ruralista das primeiras décadas do século XX, fruto do processo de transição do país rumo ao capitalismo. No caso da ESAV, sua criação fazia parte do projeto econômico de desenvolvimento regional do estado e estava vinculada à antiga ideia de vocação agrícola de Minas, fundado na defesa da policultura.

Ministrar ensino aos agricultores e seus filhos, prepará-los com conhecimentos científicos necessários à exploração racional do solo, prestar auxílio à agricultura do estado, eis alguns objetivos que norteavam o espírito progressista da ESAV. Nas fontes por nós analisadas, ficou clara a presença de algumas ideias-força que orientavam o pensamento da época: modernização, racionalidade, mecanização e diversificação produtiva. Ou seja, independentemente de ser um produtor de pequeno ou grande porte, o agricultor deveria racionalizar sua produção de modo a torná-la mais eficiente, por via da modernização das lavouras a partir de sua mecanização e pela introdução de métodos de preparo e cultivo dos solos com vistas à diversificação da produção.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial (1750-1822)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- BARBOSA, Lidiany Silva. *Roupa nova para a velha senhora agrária: os engenheiros-agrônomo e a modernização do campo em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2004.
- CAPDEVILLE, Guy. “O Ensino Superior Agrícola no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Estudos pedagógicos*. Brasília, v.72, n.172, set./dez. 1991.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- GRAÇA FILHO, Afonso de ALENCASTRO. “Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX”. In: REZENDE, Maria Efigênea Lage e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Volume 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2007.
- LIBBY, Douglas Cole. “As populações escravas nas Minas Setecentistas: um balanço preliminar”. In: REZENDE, Maria Efigênea Lage e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Volume 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2007.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)”. In: SILVA, Sergio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.
- _____. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1988
- SILVA, Fabrício Valentim da. *Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Uberlândia, 2007.
- SOARES, Josalerte Magalhães. A chegada do café. In: _____. *Das minas às gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.